

Os primeiros escritos de Rosa Luxemburgo sobre a questão polonesa

Antonio V. B. Mota Filho¹

Resumo: Rosa Luxemburgo (RL) foi uma importante economista do começo do século XX. No entanto, suas obras seguem sendo marcadas pelos rótulos de “espontaneísmo” e “economicismo”. Historicamente tais rótulos têm restringido a recepção da sua obra e acabam por privilegiar certos aspectos da obra de RL e secundarizar outros. Um ramo que foi particularmente afetado por essa “afinidade seletiva” foi sua abordagem sobre a história econômica da Polônia, seu país de origem. O presente trabalho tem como objetivo analisar a interpretação de Luxemburgo sobre o aspecto econômico da “questão polonesa” ao final do século XIX. O artigo está organizado em cinco seções: uma pequena introdução; “a nação polonesa”, em que se analisam as ideias de Marx e Engels sobre a questão polonesa; comentários sobre as formulações de Luxemburgo e a conclusão. Conclui-se que a interpretação desenvolvida por Luxemburgo acerca da questão polonesa nesse período, ainda que marcada pelo economicismo e parcialmente equivocada quando comparada a elementos empíricos, apresenta um importante núcleo teórico que a autora desenvolverá em escritos posteriores, como, por exemplo, em seu livro “A Acumulação de Capital”.

Palavras-chave: Rosa Luxemburgo; questão nacional; Polônia; imperialismo.

1. Introdução

A questão das nacionalidades foi um dos temas mais discutidos pelo marxismo desde o fim do século XIX. Sua recorrência está relacionada à quantidade de conceitos e interpretações mobilizados como “nação”, “Estado” e autodeterminação dos povos.

Mesmo após seguidas polêmicas e tentativas de aprofundar as formulações teóricas e políticas, o terreno acerca das nacionalidades segue marcado por disputas e imprecisões conceituais. O verbete “*Nação*” do Dicionário de Política organizado por Norberto Bobbio afirma que “*o conteúdo semântico do termo, apesar de sua imensa força emocional, permanece ainda entre os mais confusos e incertos do dicionário político*” (ROSSOLILLO, 1998, pág. 796). Mesmo pesquisadores marxistas assumem que “*nenhum critério satisfatório pode ser achado para decidir quais das muitas coletividades humanas deveriam ser rotuladas desse modo*” (HOBSBAWM, 2013, pág. 13).

No entanto, ainda que não seja possível - ou mesmo desejável - uma definição precisa de “nação”, é possível rastrear o contexto histórico em que o termo ganha contornos mais próximos dos atuais. De acordo com Rossolillo: “*O termo Nação, utilizado para designar os mesmos contextos significativos a que hoje se aplica, isto é, aplicado à França, à Alemanha, à Itália, etc., faz seu aparecimento no discurso político — na Europa — durante a Revolução Francesa*” (ROSSOLILLO, 1998, pág. 195). É no contexto da Revolução Francesa que a

¹ Doutorando em Desenvolvimento Econômico no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE/Unicamp). O autor é bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo 2017/10986-1). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. Email: yogaciano@gmail.com

nação aparece como unidade territorial dotada de soberania e que expressa uma relação política de direitos e deveres entre o Estado e o indivíduo (MACHADO, 2000, pág. 19).

Logo, é possível notar uma íntima relação entre o "surgimento" da nação e a formatação de um novo padrão de sociabilidade marcado pela individuação, da difusão da produção capitalista e do Estado burguês. Dito de outra forma, do ponto de vista histórico, a ideia de nação contribuiu para a montagem do modo de produção capitalista minando o Antigo Regime e consolidando aspectos objetivos e subjetivos do capitalismo. Vista dessa forma, ganha sentido a proposta de Hobsbawm de ver as nações como fenômenos "duais" *"construídos essencialmente pelo alto, mas que, no entanto, não podem ser compreendidas sem ser analisadas de baixo, ou seja, em termos das suposições, esperanças, necessidades, aspirações e interesses das pessoas comuns"* (HOBSBAWM, 2013, pág. 19). Se o surgimento da nação assentava os termos da equação Estado = nação = povo, para os "de cima", seu termo mais relevante é o Estado e, para os de baixo, o povo-cidadão.

Enquanto predominava o aspecto "negativo" das revoluções burguesas – ou seja, eliminar elementos do Antigo Regime – e a construção da sociedade burguesa se mantinha ainda no âmbito jurídico - positivação de "direitos naturais" como liberdade, igualdade e propriedade privada – foi possível manter os lados "de cima" e "de baixo" dentro de uma mesma frente política. No entanto, essa aliança se rompe à medida que se torna evidente para o crescente proletariado que a igualdade jurídica conquistada com as revoluções burguesas é a sustentação para a desigualdade econômica (SILVA, 1989, pág. 18-19).

Um marco na separação entre esses dois momentos distintos são as revoluções que varreram a Europa em 1848. De acordo com Hobsbawm, àquela altura: *"ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as 'forças do progresso' unidas, mas entre 'ordem' e 'revolução social'"* (HOBSBAWM, 2015, pág. 33). Com isso, entra em cena o antagonismo entre "burguesia" e "proletariado" e a luta pelo socialismo.

Escrito também em 1848, o *Manifesto Comunista* expressa duas das principais linhas teóricas que marcariam o debate acerca da questão das nacionalidades dentro do movimento socialista: o cosmopolitismo e a luta nacional. Marx e Engels não chegaram a desenvolver uma teoria sobre a questão das nacionalidades Como ressaltam Haupt, Löwy e Weill: *"Não há nenhum texto de referência fundamental de Marx e Engels sobre a questão nacional. Por outro lado, abundam os escritos de combate, onde a questão nacional é tratada em situação, no momento em que está presente, ou seja, de acordo com a ação"* (HAUPT, LÖWY, WEILL, 1997, p. 64. Tradução ao autor).

As formulações dos autores se concentram na observação, particularmente, de dois casos de povos oprimidos: os irlandeses e os poloneses. O aspecto analítico sobre a situação das duas nacionalidades era combinado com a formulação de táticas que pudessem ajudar o movimento socialista a se posicionar e agir. Ambos os autores apoiaram, com algumas nuances pontuais, os movimentos nacionalistas dos dois países². Quanto à Polônia em

² A análise sobre a questão irlandesa escapa ao objetivo do nosso trabalho. Há, contudo, uma abundante produção teórica sobre a questão irlandesa nas obras de Marx e Engels (MATHUR, DIX, 2009, p. 103).

especial, os autores era favoráveis à sua independência política, o que acabou se tornando uma espécie de dogma do movimento socialista. Coube a Rosa Luxemburg visitar essas posições e, analisando a situação econômica e política do Reino da Polônia, extrair conclusões diametralmente opostas às de Marx e Engels.

Ainda que a questão das nacionalidades seja um tema presente em quase toda sua reflexão, ela é, por vezes, posta em segundo plano. Luxemburg tornou-se conhecida, particularmente no Ocidente, por meio da sua militância no Partido Social-Democrata Alemão (SPD), que se inicia em 1898. Dessa forma, a primeira grande obra que notabilizou a autora para o grande público foi seu livro “Reforma social ou revolução?”, escrito durante o debate revisionista na Alemanha. A habilidade de Rosa Luxemburg como “polemista” é logo destacada, como no título do livro de Gilbert Badia sobre a autora: “*Rosa Luxemburg : journaliste, polémiste, révolutionnaire*” (BADIA, 1975). Descrevendo a atuação de Rosa Luxemburgo no socialismo do fim do século XIX e início do século XX, Badia afirma que:

Na história da Alemanha, e especialmente na história da social-democracia entre 1899 e 1919, há períodos de crise, momentos em que transformações políticas, sociais e econômicas acontecem ou aparecem de repente possíveis. Foi nesses momentos que Rosa Luxemburgo realmente viveu (BADIA, 1975, p. 23. Tradução do autor).

Badia segue sua análise apontando uma obra que teria marcado cada período da “verdadeira vida” de Rosa Luxemburgo: “Reforma social ou revolução?”, livro com o qual marcou sua participação no debate revisionista; “Greve de massas, partido e sindicatos”, em que analisa a revolução russa de 1905 e ação política das massas trabalhadoras; “Panfleto Junius”, em que analisa a crise do SPD e da própria Segunda Internacional e “A revolução russa”, em que analisa a revolução de outubro de 1917.

O período anterior à chegada de Rosa a Berlim aparece quase como que em segundo plano. Trata-se de um período de formação intelectual da autora e que predomina em seus textos a análise da questão nacional polonesa. O silêncio que por vezes recai sobre esse período da vida de Rosa insinua uma certa divisão entre uma “jovem Rosa” e uma “Rosa madura”. A hipótese central do presente trabalho é bastante outra: nessa primeira fase da vida da autora encontram-se elementos que marcam toda sua obra.

Vista dessa forma, e ao contrário do que aponta Badia, Rosa teria “vivido verdadeiramente” muito antes do seu período de militância no SPD. A forma como o tema da questão das nacionalidades avança na obra de Rosa é um microcosmo da própria evolução do seu pensamento político. Ousando desafiar as formulações incontestáveis de Marx e Engels e extraindo conclusões opostas a dos pais do “marxismo” sobre o tema, o marxismo herético de Rosa Luxemburgo tem suas bases postas sobre a questão das nacionalidades.

Esse artigo tem por objetivo, primeiramente, expor o contexto político da questão polonesa e as ideias de Marx e Engels. Em seguida, apresentaremos como o tema é tratado nos primeiros escritos da autora (1893-1898) e, por fim, comentar aspectos de sua interpretação sobre o desenvolvimento do capitalismo na Polônia.

2. A nação polonesa: “o cavaleiro imortal da Europa”

Tradicionalmente a região da Polônia e da Lituânia é vista dentro da historiografia como uma região economicamente atrasada, onde predominou a chamada segunda servidão, enquanto que na Europa Ocidental as transformações econômicas e políticas ocorridas a partir do século XIII teriam aberto espaço para o surgimento do capitalismo (WALLERSTEIN, 2011, p. 95). Sem negar essa constatação quanto ao desenvolvimento econômico da região é importante ressaltar também sua dinâmica política. A Polônia havia deixado de existir oficialmente em 1795, ano da sua Terceira Divisão (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2006, p. 120).

O formato preciso da divisão da Polônia só seria estabelecido no Congresso de Viena em 1815 (WANDY CZ, 1974, p. 62-63). A nova divisão da Polônia surgida no Congresso de Viena potencializa a força centrífuga entre as partes do antigo país, que vão assumir rotas divergentes de desenvolvimento político e econômico. O objetivo político de recriar o país, contudo, não desaparece: *“Their politically conscious classes were able to interact, and Polish culture and learning continued to transcend political borders”* (WANDY CZ, 1974, p. 68).

No caso da Polônia russa, o czar Alexandre I manteve algumas das instituições criadas durante o período do Ducado, como as administrações locais e tribunais, o que evidenciava sua disposição em não buscar uma vingança contra os poloneses que haviam lutado ao lado de Napoleão. Além disso, por decisão do Congresso de Viena, o czar outorgou uma nova constituição para a região, cujos dispositivos eram, contudo, recorrentemente violados.

Nesse contexto, um novo ciclo econômico se inicia na Polônia russa a partir de 1815. Novas tentativas de industrializar a região foram lançadas a partir de 1816 centradas na expansão de minas de carvão e na construção de obras de infraestrutura. Além disso, em 1828, foi criado o Banco da Polônia com o objetivo de financiar a indústria e garantir o crédito necessário ao comércio (DAVIES, 2005, p. 228). Destaca-se o crescimento da indústria têxtil, amplamente assistida pela ação do Estado, particularmente em Lodz - *“a small village with some eight hundred inhabitants in 1821, its population grew to over for thousand people in nine years”* (WANDY CZ, 1974, p. 81) - e Varsóvia - *“(…) whose budget increased eightfold from 1816 to 1930, was intimately connected with the city’s varied industries”* (WANDY CZ, 1974, p. 81). A agricultura também foi amplamente apoiada pelo Império Russo. As dívidas dos senhores de terra foram saneadas e surgiram indústrias relacionadas à agricultura, como a destilação de vodka de batata (WANDY CZ, 1974, p. 82). Ao contrário dos camponeses e da ainda pequena classe trabalhadora, a posição dos senhores de terra, particularmente aqueles que conseguiram desenvolver algum tipo de processamento de produtos primários, melhorou, assim como a da burguesia, ainda nascente (WANDY CZ, 1974, p. 91).

O período de certa tolerância com as iniciativas polonesa que havia marcado a política de Alexandre I e, assim, aberto espaço para o novo ciclo mencionado anteriormente, encerrou-se com a ascensão do novo czar, Nicolau I, em 1825. Nicolau um autocrata pouco disposto a realizar concessões políticas, o que lhe rendeu o título de “gendarme da Europa”. Em novembro de 1830, ocorreu uma revolta em Varsóvia organizada por jovens cadetes da

Escola Militar e influenciada pela Revolução de Julho, em Paris, e pela Revolução Belga. A Rússia invadiu a Polônia em fevereiro de 1831 e em alguns meses derrotou o governo nacional formado após a destituição de Nicolau I como rei da Polônia. A questão camponesa voltou a marcar os desdobramentos da revolta de 1830. A ala mais à esquerda do governo nacional acreditava que a independência do país era o contexto de realizar uma ampla reforma agrária, o que também poderia atrair o apoio dos camponeses. Contudo, nem mesmo propostas moderadas de mudanças chegaram a ser apreciadas pelo parlamento polonês, uma vez que isso afetaria diretamente os senhores de terra.

Uma vez recuperado o trono polonês, Nicolau I iniciou uma política ampla de repressão e punições, o que marcou a memória política da sociedade. A oposição política ao czarismo ficou desmobilizada e uma nova revolta de caráter nacionalista só veio a eclodir em 1846, mas durou apenas 9 dias tendo sido rapidamente contida (DAVIES, 2005, p. 244).

As revoltas de 1830 e 1846 marcaram as posições de Karl Marx e Friedrich Engels em relação à questão polonesa. Escrevendo sobre Marx, Anderson afirma que “*o apoio à causa polonesa foi uma das grandes paixões políticas de sua vida*” (ANDERSON, 2019, p. 123). Esse comentário também pode ser estendido a Engels.

O primeiro texto de ambos é de novembro de 1847, quando cada um pronunciou um discurso em homenagem ao décimo sétimo aniversário da revolta de 1830. No *Manifesto Comunista*, publicado no ano seguinte, ao se referirem à Polônia, os autores afirmam que: “*Na Polônia os comunistas apóiam o partido que vê numa revolução agrária a condição da libertação nacional, o partido que desencadeou a insurreição de Cracóvia de 1846*” (MARX, ENGELS, 2005, p. 69).

As intervenções de Marx e Engels se seguiram nos anos seguintes. Durante o verão de 1848, Engels desenvolveu uma polêmica contra parlamentares liberais da Assembleia Nacional Alemã. Em uma série de artigos publicados no *Neue Rheinische Zeitung* a partir de junho, Engels se posiciona contra a anexação da Polônia pela Prússia, cuja ratificação a Assembleia Nacional discutia. A aceitação da nova partição da Polónia tenderia a fortalecer, por um lado, os senhores de terra prussianos e, por outro, o próprio czarismo, já que desorganizaria o movimento democrático existente na Polónia (ANDERSON, 2010, p. 60)

Na luta pela independência da Polónia, a classe trabalhadora alemã seria sua principal aliada, uma vez que, sendo a Rússia uma importante aliada da Prússia, o debilitamento do czarismo representaria também o enfraquecimento do regime prussiano. A questão polonesa aparece para Marx e Engels ligada à consecução da revolução socialista e ao internacionalismo proletário. Não se trata de um algum tipo de predileção abstrata pela Polónia, mas uma tática fundamentada na situação política da Europa.

Para Kevin Anderson, os posicionamentos iniciais de Marx e Engels evidenciam uma crítica ao nacionalismo conservador dos senhores de terra poloneses e formulam pela primeira vez a ideia de uma “*revolução agrária*” que permitiria superar o feudalismo na região e transformar os camponeses em proprietários (ANDERSON, 2010, p. 59).

O cruzamento da luta pela independência - cujo conteúdo seria democrático, uma vez que tendia a se opor ao czarismo - com a superação do feudalismo, faria da questão polonesa um tema central para os comunistas. Para Marx: “(...) *only a democratic Poland could be independent, and a democratic Poland was impossible without the abolition of feudal rights*” (MARX, ENGELS, 1976, p. 549). O apoio do comunismo internacional à luta pela independência polonesa marcaria, portanto, a convergência entre o nacionalismo progressista polonês e o internacionalismo proletário. Por sua vez, a derrota do absolutismo czarista, através da independência polonesa, fortaleceria o próprio movimento socialista internacional.

A repressão do czarismo após as revoltas de 1830 e 1846 impactaram fortemente a situação política da região. Quase toda a administração estava nas mãos de não poloneses e as autoridades russas exerciam um rígido controle sobre as instituições educacionais e culturais. Em Varsóvia, por exemplo, uma cidade com 230.000 habitantes, havia apenas sete jornais, todos controlados pela censura. Além disso, a educação contava com poucas escolas, cujos instrutores raramente sabiam falar polonês (WANDY CZ, 1974, p. 155).

A economia continuava a se desenvolver e aprofundar sua integração ao modo de produção capitalista. Após a abolição da barreira tarifária, em 1851, e, especialmente durante a Guerra da Crimeia, o comércio do Reino cresceu rapidamente e os produtos poloneses começaram a penetrar no mercado russo. A indústria polonesa logo começou a crescer impulsionada pelo influxo de capitais nacionais e alemães. Também é nesse período que se iniciam as grandes obras de infraestrutura, como a construção da ferrovia Varsóvia-São Petersburgo e, em seguida, da ferrovia Varsóvia-Viena. A expansão ferroviária facilitou o acesso a novas minas de carvão, barateando seu preço final e, assim, impulsionando a indústria siderúrgica e metalúrgica. Por fim, a indústria têxtil seguiu se modernizando e expandindo sua produção (WANDY CZ, 1974, p. 157). Ainda que a indústria se desenvolvesse rapidamente, o centro da economia polonesa ainda era, contudo, a agricultura.

A distensão russa com relação à Polônia só se iniciou com a ascensão de Alexandre II em 1855. A derrota na Guerra da Crimeia evidenciara o atraso econômico do Império e seu declínio militar frente a Prússia e o Império Austro-Húngaro. A reversão desse panorama passava pela industrialização do Império, o que poderia trazer consequências sociais indesejáveis para a política czarista, como o crescimento da classe trabalhadora e de um movimento socialista. Optou-se pelo desenvolvimento gerido “por cima” - pelo czar e sua burocracia - e por controlar e reprimir as possíveis manifestações (LESLIE, 1983, p. 37). O czar Alexandre II realizou pequenas concessões políticas no plano doméstico para evitar o surgimento de revoltas no país (DAVIES, 2005, p. 257).

A distensão, contudo, tinha limites precisos. Nas instruções enviadas em 1862 ao recém-nomeado vice-rei da Polônia, o czar explicitou que a nova administração deveria servir os interesses russos dentro de uma conjuntura política que permitisse a conciliação entre os dois povos, mas que nenhuma nova concessão deveria ser feita (LESLIE, 1980, p. 38). Dessa forma, a administração russa apostava num frágil equilíbrio entre reformar e reprimir, mas, como sugere Davies: “*Reform could not be abandoned for fear of popular disillusionment. Repression could not be relaxed for fear of renewed disorder*” (DAVIES, 2005, p. 259).

Após um conjunto de prisões preventivas, a polícia polonesa informou à administração da possibilidade de uma rebelião. Na tentativa de dismantelar a conspiração, Wielopolski, chefe da administração civil, ordenou a realização do alistamento militar compulsório, a chamada *Branka*, que deveria ocorrer no dia 14 de janeiro de 1864 (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2019, p. 228). Para Wielopolski, os conspiradores evitariam se apresentar ao alistamento, o que os tornaria alvos mais fáceis para identificação por parte das forças de segurança. As autoridades contavam, portanto, que os conspiradores seriam pouco numerosos, assim como ocorrera no início da revolta de 1830. A situação, contudo, havia se alterado desde então. Comentando sobre a organização dos rebeldes de janeiro 1863, Davies afirma que: (...) *they did have a fully fledged political programme, an extensive financial organization which was already raising funds, and the cadres of an underground state* (DAVIES, 2005, p. 259).

Pouco após o anúncio da “Branka” o comitê estabeleceu que a revolta começaria dia 22 de janeiro. Num manifesto em que se investia dos poderes de governo provisório, o comitê se endereçou aos poloneses, lituanos e ucranianos convocando-os a aderir à luta armada. Além disso, o manifesto declarava a igualdade de todos os cidadãos, a despeito de crença e nacionalidade. Por fim, o documento também abordava o tema da questão camponesa, que marcava as discussões políticas polonesas desde a revolta de 1830: o governo provisório declarava que os camponeses eram plenos proprietários das terras que eles cultivavam e prometia lotes de terra para os camponeses sem terra que aderissem à insurreição. A esse primeiro manifesto se seguiram diversos outros em que o governo provisório conclamava a população a lutar pela insurreição e contra o governo russo (WANDY CZ, 1974, p. 172).

Os apelos surtiram efeito e em pouco tempo foi possível organizar um exército de cerca de cinco a seis mil soldados. Os ataques surpresa organizados pelo governo provisório, mesmo contando com soldados precariamente armados, forçaram a retirada de parte das tropas do czar. Assim, os poloneses tiveram alguns dias para tentar estabilizar suas posições e consolidar o novo governo.

A questão camponesa logo foi alçada ao centro da política polonesa: tanto as forças rebeldes quanto a administração russa disputavam seu apoio. A consecução da reforma do governo provisório, contudo, foi prejudicada pela sua dificuldade em controlar todo o território polonês (LUKOWSKI, ZAWADZKI, 2019, p. 230).

As autoridades russas também passaram a realizar concessões para os camponeses: em maio de 1863, foi concedida aos camponeses lituanos a propriedade das terras que eles cultivavam, o que foi estendido, em seguida, aos camponeses das províncias da Ucrânia e Bielorrússia (WANDY CZ, 1974, p. 178). Ainda que a burocracia russa hesitasse em garantir a propriedade das terras também aos camponeses poloneses, durante o outono de 1863, percebendo a necessidade de ganhar o apoio dessa parcela da sociedade, o czar encarregou Nikolai Miliutin, autor da reforma agrária russa de 1861, de elaborar recomendações para o caso polonês. O resultado dessa iniciativa foi o decreto de março de 1864, que abolia a servidão na Polônia e garantia aos camponeses a propriedade das terras em que eles trabalhavam. Os antigos proprietários seriam indenizados com títulos do governo.

Contudo, sem uma estratégia e um comando militar, a revolta tinha poucas chances de organizar um esforço de guerra coordenado. Além disso, havia a expectativa, por parte dos rebeldes, que França e Inglaterra enviariam reforços militares, o que não aconteceu. Com a reorganização das suas forças militares, sob o comando do Marechal Berg, e a reforma agrária, o governo russo logo conseguiu retomar o controle do território polonês. Em abril de 1864 os principais dirigentes do governo provisório foram capturados, pondo fim à revolta.

Marx e Engels acompanham atentamente os desdobramentos da revolta de janeiro. A proximidade do governo provisório com o governo de Napoleão III e a presença de dirigentes conservadores no governo provisório preocupavam Marx, que chegou a iniciar um panfleto sobre a situação polonesa, mas que nunca chegou a ser concluído pela piora do seu estado de saúde (ANDERSON, 2010, p. 65).

A revolta de janeiro ganha apoio do movimento socialista europeu. Em junho de 1863, uma delegação de trabalhadores ingleses e franceses se reúne em Londres para debater a situação polonesa e delibera pela criação de uma organização internacional que ajudasse na luta dos trabalhadores. Como consequência desta deliberação, em setembro de 1864 é criada em Londres a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) ou, como ficou mais conhecida, a I Internacional. No discurso de abertura dos trabalhos da AIT, Marx menciona a “heróica” Polônia “assassinada” pela Rússia. No âmbito da AIT, a questão polonesa foi tratada diversas vezes por Marx, o que evidencia o aprofundamento das suas reflexões sobre o tema. De acordo com Anderson:

(...) he was attempting to prove to his colleagues in the International that in three key periods—the French Revolution of 1789–94, the Napoleonic era, and the Revolution of 1830—the French betrayed Poland. (...) Second, he was making a broader point, one aimed at future revolutionary movements in Europe. He argued that in betraying Poland, the French revolutionaries constricted or even destroyed themselves, leading to defeat by external enemies or a too-limited revolution at home, one that did not really uproot the old system. This latter point concerned those junctures when revolutionaries in a large and powerful country such as France failed to take seriously enough the struggle of a militarily weaker, oppressed nation like Poland, and how that deficiency doomed the revolution inside the more powerful country as well as the oppressed nation (ANDERSON, 2010, p. 71-72).

A reação do czar à revolta de 1863-1864 foi enérgica. Cerca de quatrocentas pessoas foram executadas após processos judiciais e é difícil estimar o total de pessoas executadas sumariamente. Milhares de pessoas foram deportadas para a Sibéria (WANDYDZ, 1974, p. 195). Mesmo o nome “Reino da Polônia” foi abolida e substituído pela denominação de Terra do Vístula, em referência ao rio que cruza o país (LESLIE, 1983, p. 39).

Entre 1863 e 1866 todas as reformas realizadas desde a distensão iniciada em 1856 foram revertidas: todas as instituições separadas do Reino da Polônia foram extintas e as concessões realizadas no nível da língua e da cultura também foram suprimidas. O governo impôs uma ampla russificação: diversas cidades foram renomeadas, como a cidade de Brześć, que passou a se chamar Brest-Litovsk; o Banco Polonês foi incorporado pelo Banco Imperial; o sistema judiciário passou a adotar a legislação russa. Novamente, o sistema educacional não foi poupado da russificação: “*The Main School, whose students had abstained from the*

insurrection so as not to endanger their institution, survived only until 1869. It was then replaced by the Russian University of Warsaw. Schools and their curricula were completely russified” (WANDY CZ, 1974, p. 196). As restrições para assumir funções de administração pública foram ampliadas: apenas russos podiam assumir cargos públicos (DAVIES, 2005, p. 67).

A reforma agrária de 1864 promoveu mudanças econômicas importantes na Polônia. A desapropriação das terras não aconteceu de forma homogênea e afetou principalmente a nobreza vinculada à revolta de janeiro. Além disso, o governo russo impôs um novo tributo à propriedade da terra, o que enfraquecia economicamente ainda mais a nobreza e ajudava a financiar os cofres do Império. A quantidade de terras de propriedade dos camponeses aumentou em cerca de 8% entre 1860 e 1890, o que proporcionou uma melhora na sua condição de vida (WANDY CZ, 1974, p. 199). Contudo, dado os efeitos desiguais da reforma, diversos camponeses receberam lotes economicamente inviáveis, que acabaram sendo incorporados por fazendeiros maiores. Dessa forma, a reforma agrária também acabou gerando uma parcela de camponeses sem terra, que acabaram migrando para as grandes cidades, onde se tornaram a força de trabalho do período de rápida industrialização que se iniciou na Polônia a partir de 1864.

Mesmo sob o rígido controle político russo, a industrialização e a intensa urbanização, ocorrida a partir da segunda metade dos anos 1860, contribuíram para a difusão das ideias socialistas na Polônia (LESLIE, 1983, p. 49). As transformações ocorridas na Polônia pós-1864 trouxeram consigo uma grande polêmica sobre a tática que o socialismo deveria seguir quanto a Polônia: seria a defesa da independência uma tática ainda correta? Como sugere Kevin Anderson, nos seus últimos escritos sobre a Polônia, já nos anos 1880, Marx defende a luta comum do proletariado russo e polonês (ANDERSON, 2010, p. 78). O novo momento da questão polonesa é o principal tema de reflexão de Rosa Luxemburg em seus primeiros escritos, nos quais chega a conclusões opostas àquelas de Marx e Engels, ainda que parta de uma base metodológica comum a eles.

3. Decifrar o livro de sete selos: Rosa Luxemburg e a histórica econômica polonesa

No dia 1 de maio de 1897, Rosa Luxemburg defende sua tese de doutorado na Universidade de Zurique intitulada “O desenvolvimento industrial da Polônia”. Ainda que o processo de redação tenha lhe marcado negativamente, a tese de Luxemburg foi bastante elogiada pelo seu orientador, o professor Julius Wolf³.

Sua tese é o ponto de culminância de uma longa reflexão sobre o desenvolvimento econômico na Polônia e suas consequências políticas, a qual a autora se dedica desde 1893. Uma reflexão fundada, portanto, na história econômica, algo que a própria autora reconhece no prefácio da tese: “(...) *la fisonomía política de un país son libro de siete sellos para*

³ Wolf, um conhecido economista anti-marxista, escreveu o seguinte comentário sobre Luxemburg: “*A la más dota de mis alumnos de Zurich, Rosa Luxemburg, que en verdad había venido de Rusia y de Polonia como una marxista convicta y confesa, debía fijarle una impronta académica; ella hizo conmigo su doctorado en ciencias políticas (con un excelente trabajo sobre el desarrollo industrial de Polonia)*” (LUXEMBURG, 1979, p. 51).

nosotros cuando no conocemos su vida económica y todas las consecuencias sociales que de ésta resultan” (LUXEMBURG, 1979, p. 57).

O ano de 1893 é relevante para os estudos do pensamento de Luxemburg pois trata-se da sua primeira intervenção no âmbito do socialismo internacional, no Congresso Socialista Internacional de Zurique. Tendo sido eleita delegada ao Congresso pelo jornal “Sprawa Robotnicza” - órgão da Social Democracia do Reino da Polônia (“Socjaldemokracja Królestwa Polskiego”, SDKP), partido criado poucas semanas antes do Congresso - o mandato de Luxemburg, contudo, não foi reconhecido (FRÖLICH, 2010, p. 32). Como pano de fundo desse episódio estavam as disputas do movimento socialista polonês: de um lado, o Partido Socialista Polonês (“Polska Partia Socjalistyczna”, PPS), criado em 1892 e defensor da independência política da Polônia; e do outro, o SDKP contrário à independência.

Ainda que não tenha sido aceita como delegada, Luxemburg provocou um grande impacto no Congresso. Antes da sua expulsão, contudo, Luxemburg apresentou um detalhado relatório sobre a situação política e econômica da Polônia em que realizava uma dura crítica às posições nacionalistas e à defesa da independência polonesa. Após uma análise da história do movimento socialista polonês e das posições políticas das diferentes classes sociais polonesas, Luxemburg apresenta um importante argumento sobre a evolução recente da economia do país:

La historia económico-social de las tres partes del antiguo reino de Polonia las ha incorporado orgánicamente en los tres grandes estados anexionistas y ha creado en cada región tendencias e intereses políticos particulares. Dada la crónica congestión del mercado mundial, la gran industria de la Polonia del Congreso existe y se desarrolla como resultado de la coexistencia política con Rusia, la que desarrolla un estrecho nexo económico entre los dos países. Esta ligazón económica, reforzada ulteriormente por el gobierno ruso mediante una política perversa, favorece a la industria polaca, en parte para conquistar para sí la clase de los capitalistas en el interés de rusificación, en parte para conquistar para sí a la clase de los capitalistas en el interés de la rusificación, en parte por el propio interés más general. Frente a esta concesión económica que surge de la lógica invencible del capitalismo, la aspiración a convocar en vida a la formación de un estado polaco capitalista carece de toda base real. Frente a esta realidad el patriotismo se convierte en un programa al que sirven de base los deseos subjetivos de sus artífices, y de medios de realización las imprevisibles eventualidades de un conflicto europeo (LUXEMBURG, 1979, p. 169-170).

Com essa formulação, inspirada no materialismo histórico, Luxemburg partia de um método utilizado por Marx e Engels e chegava a conclusões opostas às deles. Ao fazê-lo, a autora sabia que a crítica por parte da ala nacionalista polonesa e seus aliados seria implacável. Era fundamental, portanto, aprofundar essa nova interpretação. Em 1894, Luxemburg se muda para Paris, de onde realiza os trabalhos de edição e difusão do “Sprawa Robotnicza” e segue sua pesquisa sobre a história econômica da Polônia na Biblioteca Nacional da França.

Com uma ampla base de dados sobre a Polônia, Luxemburg inicia a redação de um conjunto de artigos sobre a Polônia, em que a autora conjuga rigor teórico e a tentativa de formular

táticas políticas que ajudem o SDKP a guiar a classe trabalhadora polonesa⁴. O primeiro desafio para Luxemburg era como apresentar uma crítica marxista às posições dos fundadores do marxismo sobre a questão polonesa. A resposta passava por analisar as transformações econômicas e políticas ocorridas na Polônia a partir da metade dos anos 1860, período que passa ao largo das análises de Marx e Engels.

Se, por um lado, a revolta de janeiro de 1863 inicia um período de maior controle político sobre a Polônia por parte do czarismo, por outro, também é um período de grande desenvolvimento do modo de produção capitalista no país. Luxemburg reproduz para o caso polonês a mesma lógica do “Manifesto do Partido Comunista”, segundo o qual a burguesia “geraria seu próprio coveiro” (MARX, ENGELS, 2008 p. 25): “ (...) *en Rusia muchas cosas han cambiado: ya no está asentada en el absoluto congelamiento social, como parecía estarlo hace treinta años; el joven topo -el capitalismo- excava sus cimientos, y esto garantiza la destrucción total del absolutismo*” (LUXEMBURG, 1979, p. 200).

As origens do desenvolvimento do capitalismo na Polônia datavam, para Luxemburg, do período seguinte ao estabelecimento do Reino da Polônia pelo Congresso de Viena. Tomando por referência o conceito de “manufatura” de Marx, Luxemburg afirma que a década de 1820 a 1830 corresponde ao surgimento da manufatura polaca (LUXEMBURG, 1979, p. 61). Teriam contribuído para a manufatura polonesa a integração de artesãos alemães e um conjunto de medidas impostas pelo governo russo como facilidades para aquisição de ferramentas, terrenos e isenções tributárias. Ainda de acordo com Luxemburg:

Fueron los *úkase* zaristas (1815-1830) los que atrajeron a los industriales manufactureros desde el exterior hacia Polonia y destruyeron el viejo orden nobiliario para crear las condiciones preliminares con el fin de instalar una industria moderna. Fueron los abiertos renegados y serviles de Rusia -los magnates polacos- quienes, en calidad de gobierno autónomo de la Polonia del Congreso, en el más estrecho acuerdo con Rusia, emprendieron la política de apoyo a la gran industria (LUXEMBURG, 1979, p. 230).

Ainda mais importante para o desenvolvimento da manufatura foram os impactos aduaneiros das decisões do Congresso de Viena. O Congresso estipulava a livre circulação comercial entre as partes da Polônia, o que gerou uma importante vantagem econômica para a Polônia russa: ela conseguia importar matérias-primas da Polônia prussiana, mas era protegida pelas restrições comerciais impostas pela Rússia à importação de bens manufaturados.

(...) a través de la unión con Polonia sobre la base de la tarifa aduanera mencionada, Rusia se volvió de este modo accesible a las mercancías alemanas. Tal hecho tuvo como consecuencia que Polonia se convirtiese en el taller de elaboración de los productos alemanes semiterminados, introducidos las más de las veces de derechos en la Polonia del Congreso, terminados aquí y vueltos a enviar libres de derechos a Rusia como manufacturas polacas (LUXEMBURG, 1979, p. 64).

⁴ Tomando como referência a bibliografia levantada por Gilbert Badia, entre 1893 e 1896, Luxemburg escreve 35 textos, todos em polonês. Tomaremos como referência para nossas análises, para além do “Informe” de 1893, artigos que a autora escreveu entre 1896 e 1897 e publicados principalmente na imprensa da social-democracia alemã.

Assim, o mercado consumidor russo aparece desde os anos 1820 como uma importante destinação da produção polaca. Luxemburg aponta que a produção têxtil polonesa chegou a ser consumida até mesmo na China. A revolta de 1830, contudo, pôs fim a esse ciclo econômico: altas barreiras tarifárias são impostas aos produtos poloneses, que já não conseguem mais acessar os mercados russos. O curto ciclo econômico iniciado em 1820, ainda que tenha permitido a expansão da manufatura, não chega a gerar a grande indústria no país, cuja economia segue sendo principalmente agrária. Ainda de acordo com Luxemburg: “(...) *la industria urbana tan sólo desempeña un papel subordinado en la vida social de Polonia hasta los años cincuenta e incluso sesenta. La que da el tono tanto en la economía como en la política del país sigue siendo siempre la propiedad rural*” (LUXEMBURG, 1979, p. 67).

Para Luxemburg, a transição para a grande indústria ocorre entre 1850 e 1870 devido a quatro fatores. Em primeiro lugar, a abolição das barreiras alfandegárias entre Polônia e Rússia em 1851, a partir de quando a Polônia e a Rússia constituem um todo único do ponto de vista da política de comércio exterior (LUXEMBURG, 1979, p. 68). A Guerra da Crimeia e a grande demanda gerada pelo exército russo impulsionam o crescimento da indústria polonesa, que também passa por mudanças qualitativas com a introdução de novas técnicas de produção, particularmente no setor têxtil (LUXEMBURG, 1979, p. 69).

O segundo fator foi a expansão das linhas férreas. Em 1865, o país tinha 635 quilômetros de linhas férreas e, em 1887, esse número já chegava a 2.084 quilômetros. Quanto ao número de fábricas, em 1865, o país tinha 180 fábricas usando 375 motores a vapor, totalizando 3.746 cavalos de potência. Em 1878, esse número havia crescido para 674 fábricas com 807 motores e uma capacidade total de 14.627 cavalos (WANDY CZ, 1974, p. 201).

O terceiro fator foram as reformas agrárias primeiro na Rússia (1861) e, em seguida, na Polônia (1864), que aboliram a servidão. Por meio dessas reformas: “(...) *la gran masa de campesinos obtuvo dinero contante y se convirtió asimismo en compradora de productos fabriles*” (LUXEMBURG, 1979, p. 70). Por fim, o último fator a gerar a transição da indústria polonesa foi a política aduaneira da Rússia em relação aos demais países “(...) *que había dejado los mercados internos de Rusia para la exclusiva explotación por parte de los industriales del país asegurando sus ganancias, que iban del 40 al 60%, todo esto colocó a la industria polaca en el paraíso de la acumulación primitiva en a cua crecía como un hongo*” (LUXEMBURG, 1979, p. 201).

Com sua análise sobre o desenvolvimento polonês, Luxemburg esboça uma interpretação que evidencia que o formato de desenvolvimento do capitalismo, como ocorrido na Europa Ocidental, não era universal. Ao contrário do que havia ocorrido em países como França e Inglaterra, em que as revoluções burguesas haviam lançado as bases para o Estado-nação, a ação da burguesia polonesa era diferente. O desenvolvimento polonês se fez menos como consequência da ação da burguesia e principalmente pela ação do Estado russo. Como menciona Luxemburg

En el inferior de una Polonia de economía natural, que representaba una forma de producción totalmente atrasada, carente de apoyo en el pueblo porque porque provenía del exterior, mantenida fuera del gobierno, constituída por un cúmulo

heterogéneo de ambiguos individuos llegados de todos los países (...) sin historia ni tradición, extraña y despreciada en propia patria, la burguesía, autónomamente, no desarrolla ningún papel significativo en Polonia nobiliaria hasta los años setenta. Polonia, hasta la reforma campesina, fue representada únicamente por la nobleza (LUXEMBURG, 1979, p. 231).

Fortalecida pelo desenvolvimento econômico da segunda metade do século XIX, a burguesia polonesa passa de uma força política marginal à aceitação da dependência em relação à Rússia. Até a revolta de janeiro de 1864, a tensão entre nobreza e burguesia é crescente e ela só se resolve pela intervenção russa, que infringe uma dura derrota à nobreza por meio da reforma agrária de 1864 e o maior controle político imposto sobre o país.

O fato é que após o fracasso da revolta de janeiro, o nacionalismo e a defesa da independência perdem força entre as classes dominantes polonesas. A sobrevivência da Polônia dependeria já não mais de lutas armadas, mas do seu fortalecimento econômico. Essa foi a base do programa do “trabalho orgânico e radical”, idealizado pela burguesia polonesa e que buscava “(...) *reunir los instrumentos materiales y espirituales y consolidar internamente la nación: riqueza nacional, educación y pacificación de todas las clases, éstos son los objetivos más inmediatos*” (LUXEMBURG, 1979, p. 233).

De acordo com Luxemburg, o “trabalho orgânico” inicia um período de “abstinência política” da sociedade polonesa, em que o objetivo de desenvolver materialmente o país deveria se impor acima de eventuais disputas políticas. Uma vez que o desenvolvimento industrial polonês se fazia vinculando o país ao mercado consumidor russo, o “trabalho orgânico” significou, na prática, o fortalecimento da burguesia. Lançado como proposta ao início dos anos 1870, ao final dos anos 1880 já havia cumprido o papel de consolidar a grande indústria e podia ser abandonado como retórica nacionalista: “(...) *el enriquecimiento se vuelve un objetivo sans gêne et sans phrase*” (LUXEMBURG, 1979, p. 236). Como menciona Luxemburg:

Aceptando el ingenuo programa del “trabajo orgánico”, la sociedad polaca ha vendido su alma al diablo. El tan esperado renacimiento de Polonia se ha manifestado con la más trivial trepada capitalista, reduciendo la acción preparatoria de la independencia polaca a la pura y simple abstinencia política. (...) Habéis podido apreciar los favores recibidos en el aspecto económico del desarrollo capitalista; ahora, por favor, sacad también las consecuencias políticas (LUXEMBURG, 1979, p. 237).

A partir da metade dos anos 1880, a grande indústria polonesa já estava estabelecida e suas exportações chegavam até a Ásia Central. Segundo a análise de Luxemburg, a partir desse momento a indústria passou a subordinar todas as áreas da vida material polonesa (LUXEMBURG, 1979, p. 96). Além disso, dado a natureza do vínculo econômico estabelecido entre Rússia e Polônia - a saber, a complementaridade entre produção polonesa e realização no mercado consumidor russo - as classes dominantes dos dois países desenvolvem uma convergência política entre elas. Lançando as bases para a superação de eventuais divergências nacionais entre a burguesia, o desenvolvimento capitalista também criava as condições objetivas para uma outra convergência política: a da classe trabalhadora dos dois países.

4. Comentário sobre a hipótese econômica de Luxemburgo

A hipótese da integração econômica entre Rússia e Polônia lançada por Luxemburg nos seus primeiros escritos marcou os estudos sobre a história econômica do país. Fortemente apoiada nos dados disponíveis à época, Luxemburg apresentou uma importante fundamentação empírica de sua hipótese, particularmente na sua tese de doutorado.

Os estudos posteriores sobre a economia polonesa evidenciaram, contudo, que sua hipótese era parcialmente imprecisa. Para a autora, as mudanças no âmbito das tarifas alfandegárias do Império Russo ocorridas em 1851 teriam tido dois impactos. Em primeiro lugar, a eliminação das tarifas entre Polônia e Rússia teriam aberto espaço para a livre circulação de bens entre os dois países, permitindo o aumento das exportações polonesas.

Essa primeira conclusão de Luxemburg, de fato, é empiricamente válida. A tabela 01 permite acompanhar a variação dos *quanta* de produtos exportados da Polônia para a Rússia⁵. Enquanto o *quantum* exportado de açúcar, um dos principais produtos da agricultura polonesa, apresenta pequena variação negativa durante o período analisado, os *quanta* exportados dos produtos industriais analisados apresentam um forte crescimento.

TABELA 01 - Exportações do Reino da Polônia para o Império Russo em cinco categorias de bens (1885-1910) (em milhares de *pud**)

	Têxteis	Produtos de ferro	Açúcar	Papel	Maquinário para agricultura
1885	1.032	1.407	-	-	-
1890	1.899	1.706	1.309	240	235
1895	2.657	4.610	1.062	290	-
1900	4.115	2.701	900	409	292
1905	3.575	5.163	1.206	449	724
1910	5.178	3.918	1.238	935	797

* 1 pud = 16,38kg

Fonte: JEZERSKI (1967, p. 149)

Na tabela 02, vemos o valor das exportações polonesas para o Império Russo. Destacam-se, nesse caso, as exportações de tecido e produtos de ferro, que correspondem a mais de 90% do valor exportado. Ainda que seja difícil formular conclusões precisas partindo de dados precariamente estimados, é lícito, pelo menos, afirmar que a composição da pauta de exportação polonesa respalda a hipótese de um intenso desenvolvimento industrial.

A segunda conclusão de Luxemburg é que, a partir de 1851, com a incorporação da Polônia ao regime aduaneiro russo, os vínculos da economia polonesa com os países ocidentais teriam sido rompidos e o país teria passado à autarcia. Essa segunda conclusão, contudo, revela-se equivocada.

⁵ A reflexão desta seção é fruto das discussões com o prof. Jawad Daheur em seu seminário na “École des Hautes Études en Sciences Sociales” sobre a história econômica da Europa Central e Oriental. O prof. Daheur foi a primeira pessoa que nos chamou a atenção para os dados de comércio exterior polonês compilados. Além do professor Daheur, agradecemos também à Biblioteca Central de Estatísticas do governo da Polônia e seu bibliotecário Tworzydło Remigiusz que, muito gentilmente, nos ajudaram com a pesquisa bibliográfica que nos permitiu compilar os dados apresentados a seguir.

TABELA 02 - Valor das exportações do Reino da Polônia para o Império Russo (1885-1910)
(em milhões de rublos)

	Têxteis	Produtos de ferro	Açúcar	Papel	Maquinário para agricultura	Total
1885	56,8	14,1	-	-	-	70,9
1890	103,9	17,1	5,9	1,4	1,2	129,5
1895	133,8	46	4,8	1,7	-	185,3
1900	226,3	27	4	2,5	1,5	261,3
1905	196,6	51,6	5,4	2,7	3,6	259,9
1910	284,8	39,2	10,1	5,6	4	343,7

Fonte : JEZIERSKI (1967, p. 149)

Na tabela 03, vemos a evolução das exportações polonesas para os países ocidentais. Nesse caso predomina a exportação de bens primários, particularmente madeira e cereais, este último apenas até 1905. O motivo para a queda das exportações de cereais poloneses no início do século é a imposição de barreiras alfandegárias pela Alemanha a partir de 1902. A partir dos dados da tabela 03, é possível perceber a parcialidade das hipóteses de Luxemburg. Certo, a autora não chega a desenvolver uma análise sobre as exportações polonesas para ocidentais. Contudo, o crescimento do valor das exportações para esses países indica que a barreira russa não era impeditiva. De toda forma, os dados da tabela 03 indicam uma constatação importante: a Polônia não estava integrada economicamente apenas ao Império Russo, mas também aos países ocidentais. Não resta dúvida que, em termos de escala, o comércio com o Império é mais relevante que aquele realizado com os países ocidentais. Contudo, não se pode desprezar que esse comércio contribuiu para o crescimento da economia polonesa.

TABELA 03 - Estrutura das exportações do Reino da Polônia para os países ocidentais (1880–1910) (em milhares de rublos)

	Total exportações	Trigo	Centeio	Cevada	Aveia	4 cereais juntos		Ovos		Cavalos	Suínos	Total		Madeira		Açúcar	
						Rublos	%	Rublos	%			Rublos	%	Rublos	%	Rublos	%
1880	68.000	7.651	8.079	133	769	16.632	24,5	162	0,2	-	2.538	2.533	3,7	7.702	11,3	-	-
1885	64.000	7.484	8.965	1.933	797	19.184	30,0	1.043	1,6	299	2.060	2.359	3,7	4.049	6,3	3.542	5,5
1890	49.000	3.653	2.480	1.891	465	8.486	17,3	2.440	5,0	538	2.160	2.693	5,5	2.725	5,6	826	1,7
1895	45.000	3.000	2.409	1.010	519	6.938	15,4	2.900	6,4	3.780	2.800	6.580	14,6	4.434	9,9	1.344	3,0
1900	57.000	5.777	5.403	1.647	285	13.112	23,0	3.240	5,7	2.450	2.071	3.521	6,2	11.816	20,7	579	1,0
1905	60.000	1.013	425	681	230	2.349	3,9	3.880	6,5	543	2.480	3.023	5,0	9.960	16,6	242	0,4
1910	105.000	3.994	246	2.951	928	8.119	7,7	2.080	2,0	1.247	2.731	3.978	3,8	14.280	13,6	1.286	1,2

Fonte: JEZIERSKI (1967, p. 166-167)

A tabela 04 traz os dados consolidados de comércio exterior da Polônia com o Império e o ocidente. A década de 1880 parece ser um marco para a economia industrial polonesa. Como menciona Luxemburg, trata-se do momento em que a grande indústria se consolida e passa a condicionar toda a economia no país. Com as transformações ocorridas nessa década, as importações oriundas de países ocidentais apresenta uma quebra estrutural, ao passo que as exportações para esses países permanecem estáveis. Uma vez que as importações são uma função do nível de desenvolvimento doméstico das força produtivas, o aumento das importações indica que a economia polonesa passava por um período de grande desenvolvimento, o que aumentava a demanda por insumos importados.

Como mostra a Tabela 06, a partir de 1890, o país passa a importar uma parcela crescente de máquinas e matérias-primas, o que evidencia que sua estrutura industrial estava concentrada na produção de bens intermediários e bens finais. Lã, couro e algodão são importados para abastecer a indústria têxtil, cuja produção tinha como principal mercado consumidor o Império como poder visto na tabela 07. Dada a exportação crescente de produtos de ferro é lícito supor que a importação de máquinas e ferramentas teve como destino a ampliação da capacidade produtiva da indústria siderúrgica e metalúrgica.

Além disso, os dados da Tabela 05 revelam que a partir de 1890 o coeficiente de penetração das exportações alemãs com destino a Rússia tem uma quebra estrutural, passando de 13,7%, em 1880, para 21,6% em 1890, e segue em crescimento até o anos 1910. Se se considera que nesse período, a industrialização ganha força impulsionada por setores altamente oligopolizados como a siderurgia e bens de capital, é possível que as máquinas e ferramentas importadas pela Polônia fossem oriundas da indústria alemã.

TABELA 04 -Total do comércio exterior do Reino da Polônia (1880-1910) (milhões de rublos)

	Exportações			Importações			Saldo		
	Países ocidentais	Rússia	Soma	Países ocidentais	Rússia	Soma	Países ocidentais	Rússia	Soma
1880	68	47	115	105	26	131	-37	21	-16
1890	49	194	243	79	93	172	-30	101	71
1895	45	278	323	129	185	314	-84	93	9
1900	57	395	452	126	232	358	-69	163	94
1905	60	394	454	112	215	327	-52	179	127
1910	105	515	620	292	301	593	-187	214	27

Fonte: JEZIERSKI (1967, p. 151).

TABELA 05 - Penetração de exportações alemãs em economias industriais (1880-1910) (%)

	Rússia	Estados Unidos	Reino Unido	Itália	França	Total
1880	13,7	6,1	5,2	5,6	7,0	7,4
1890	21,6	11,5	8,0	8,8	6,4	9,2
1900	24,1	12,1	8,1	9,5	7,2	9,7
1910	23,4	9,4	7,9	12,4	9,3	10,0

Fonte: SOMMARIVA, TULLIO, 1987, p. 47

TABELA 06 - Estrutura das importações do Reino da Polônia oriunda de países ocidentais (1880-1910) (em milhares de rublos)

	Total importações	Ferramentas (A)	Máquinas (B)	Total (A+B) = (C)		Carvão (D)	Coque (E)	Ferro gusa (F)	Total (D+E+F) = (G)		Algodão (H)	Lã (I)	Couro (J)	Total (H+I+J) = (K)		Total (C+G+K)	
				Rublos	%				Rublos	%				Rublos	%	Rublos	%
1880	105.000	-	5.744	5.744	5,5	-	1.519	2.049	3.568	3,4	11.330	2.166	528	14.024	13,4	23.336	22,2
1885	109.000	780	1.595	2.375	2,2	1.976	442	3.685	6.103	5,6	23.214	5.500	1.251	29.965	27,5	38.443	35,3
1890	79.000	700	478	1.178	1,5	936	1.793	2.043	4.772	6,0	6.409	2.675	405	9.489	12,0	15.439	19,5
1895	129.000	2.570	20.532	23.102	17,9	1.207	2.250	732	4.189	3,2	17.487	14.850	3.258	35.595	27,6	62.886	48,7
1900	126.000	2.730	36.743	39.473	31,3	2.999	3.772	989	7.760	6,2	25.244	8.825	4.338	38.407	30,5	85.640	68,0
1905	112.000	2.890	14.804	17.694	15,8	3.915	4.647	60	8.622	7,7	35.655	39.875	7.335	82.865	74,0	109.181	97,5
1910	292.000	800	14.630	15.430	5,3	6.899	3.798	73	10.770	3,7	41.876	43.875	10.650	96.401	33,0	122.601	42,0

Fonte: JEZERSKI, 1967, p. 162-163

TABELA 07 - Comércio de têxteis entre o Reino da Polônia e o Império Russo (1879—1911)
(em milhões de rublos)

	Exportações para o Império Russo	Importações do Império Russo
1879	14,6	5,3
1880	19,5	3,9
1881	37,7	-
1884	55,2	3,4
1885	56,8	2,7
1886	82,9	6
1891	103,9	11
1893	138,7	35,3
1894	161,9	39
1895	132,8	38
1899	198,3	55,9
1900	226,3	51,1

Fonte: JEZISKI (1967, p. 173)

Ao contrário de uma integração unívoca entre Polônia e Rússia, os dados acima apontam uma dupla integração econômica quanto ao Reino da Polônia. A primeira, realizada com a Rússia por meio das exportações manufatureiras é exatamente a analisada por Luxemburg em seus textos sobre a questão polonesa. Já a segunda, aquela que se dava entre a Polônia e os outros países ocidentais não chegou a ser analisada por Luxemburg. Contudo, longe de invalidar a argumentação de Luxemburg, ela reforça sua conclusão de que

Es una ley inmanente del modo de producción capitalista que éste aspire a vincular materialmente, y en forma paulatina, los lugares más distantes; a ponerlos en mutua dependencia económica y por último a transformar el mundo entero en un único mecanismo de producción firmemente ensamblado (LUXEMBURG, 1979, p 154).

A tendência à destruição de economias naturais e a integração de todo o mundo à dinâmica capitalista é a base da teoria do imperialismo que Rosa desenvolverá em seu livro “A Acumulação de Capital” (LUXEMBURGO, 1985). Nota-se, portanto, que, em sua análise sobre a questão nacional, lança conceitos que aparecerão desenvolvidos em diferentes momentos da sua obra e da sua militância política.

5. Conclusão

Ao longo da breve exposição acima, pode-se notar como a questão polonesa ocupa um lugar privilegiado nas formulações de Rosa Luxemburgo. Na realidade, até o fim de sua vida, a autora seguiria investigando a questão das nacionalidades sempre denunciando o nacionalismo.

Como mencionamos, a obra de Rosa à essa altura é perpassada por uma tensão entre o economicismo - dado marcante do marxismo da II Internacional - e a incorporação de elementos políticos. A forma como Luxemburgo desenvolve sua argumentação sobre a questão polonesa é marcada pelo economicismo, ainda que esta não seja a única perspectiva presente em seus primeiros textos. A fusão econômica entre Polônia e Rússia seria um caso do que ela considera como uma "lei imanente" do capitalismo de vincular materialmente mesmo as regiões mais distantes do planeta. Essa "lei imanente" condicionaria inclusive a ação política da classe trabalhadora, o que evidencia a tendência economicista presente em seus primeiros textos.

No palco do capitalismo mundial, os diferentes grupos sociais se apresentam menos como nacionalidades do que como classe. Para Rosa, o elemento decisivo na compreensão da relação que se estabelece entre as classes é a divisão do trabalho entre as economias em questão: em economias que possuem bases econômicas complementares predomina a solidariedade entre as classes dominantes e onde as bases econômicas são semelhantes predomina a competição. Uma vez que a estrutura econômica do Império Russo era complementar à da Polônia, as burguesias polonesa e russa convergiam na sua ação econômica. Da mesma maneira, a classe trabalhadora polonesa e russa também deveriam convergir em sua luta política.

Também é relevante o ponto de vista metodológico de Rosa firmemente assentado no estudo da história. Isso que lhe permitiu compreender as mudanças ocorridas no capitalismo a partir da segunda metade do século XIX que culminaram na estruturação do imperialismo. Logo a questão "nacional", como analisada por Marx e Engels, já não é a mesma daquela analisada por Luxemburgo. Ela está diante de um funcionamento do capitalismo em que os condicionantes da economia mundial fazem-se sentir de forma mais evidente sobre os diferentes nacionais. Como aponta Silva:

(...) o ponto de partida de Rosa desdobra-se em inúmeros desafios para o pensamento marxista moderno, quando articula o internacionalismo do desenvolvimento capitalista em contradição com a possibilidade de autodeterminação nacional e a criação de Estados nacionais. De impacto, suas considerações relacionam esse amadurecimento econômico via imperialismo com a necessidade de ampliar a organização e a luta proletária internacional: sobrepujando a consciência nacional pela consciência de classe, priorizando a revolução socialista às revoluções nacionais burguesas; rompendo com os princípios do ideário revolucionário da burguesia nacional pela ênfase à doutrina marxista; recusando a aliança e a tática da classe operária com a burguesia; apelando para os riscos de descaracterização e condicionamento das lutas de classes passadas e futuras (SILVA, 1989, pág. 31-32).

Passado o "breve século XX", período em que viveu-se grandes expectativas e frustrações em relação ao nacionalismo – as lutas de libertação nacional são um bom exemplo disso – e que se encerrou com uma reafirmação do "internacionalismo" do capital nos parece que as obras de Rosa acerca da questão nacional ganham nova vitalidade.

6. Referência bibliográfica

ABRAHAM, Richard. *Rosa Luxemburg: A Life for the International*. New York: Berg Publishers, 1989.

ALAYRAC, Pierre. *L'Internationale au milieu du gué. De l'internationalisme socialiste au Congrès de Londres (1896)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2018.

ANDERSON, Kevin. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: Universidade de Chicago, 2010.

AUBET, María-José. *Rosa Luxemburg y la cuestión nacional*. Barcelona: Anagrama, 1977.

BADIA, Gilbert. *L'analyse du développement capitaliste chez Rosa Luxemburg*. In: GRISONI, Dominique (org.). *Histoire du marxisme contemporain*. Paris: Union Générale d'Éditions, 1976

BADIA, Gilbert. *Rosa Luxemburg: journaliste, polémiste et révolutionnaire*. Paris: Sciences Sociales, 1975.

_____. *Social-democracia alemã e imperialismo*. In: LOUREIRO, Isabel; VIGEVANI, Tullo. *Rosa Luxemburg: a recusa da alienação*. São Paulo: Unesp, 1991, pág. 53-60.

BASSO, Lelio. *El pensamiento político de Rosa Luxemburg*. Barcelona: Península, 1976

BELLOFIORE, Ricardo (org.). *Rosa Luxemburg and the Critique of Political Economy*. Londres: Routledge, 2009.

BERNSTEIN, Eduard. *The Preconditions of Socialism*. Cambridge: Universidade de Cambridge, 1993.

BLANC, Eric. *The Rosa Luxemburg Myth: A Critique of Luxemburg's Politics in Poland*. In: *Historical Materialism*, v. 25, n. 4, 2017. pp.3-36.

BLOBAUM, Roberto R. *The SDKPiL and the Polish Question (Revisited)*. In: Morison J. (eds) *Eastern Europe and the West*. London: Palgrave Macmillan, 1992

BREWER, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism*. Londres: Routledge, 2001.

BRONNER, Eric. *Rosa Luxemburg: a revolutionary for our times*. Nova York: olumbia University, 1981.

BUREAU SOCIALISTE INTERNATIONAL (BSI). *Cinquième Congrès socialiste international tenu à Paris du 23 au 27 septembre 1900. Compte rendu analytique officiel*. Paris: 1900.

DAVIES, Norman. *God's Playground: A History of Poland*. New York: Columbia University, 2005.

DROZ, Jacques. *Histoire générale du socialisme: De 1875 à 1918*. Rennes: PUF, 1974.

ECHEVERRÍA, Bolívar. *Ensayos Políticos*. Quito: Ministerio de Coordinación de la Política y Gobiernos Autónomos Descentralizados, 2011.

ENGELS, Friedrich. *Prefácio*. In: *Luta de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012

ETTINGER, Elzbieta. *Rosa Luxemburg: a life*. Londres: Pandora, 1986.

FAIR-SCHULZ, Axel; HUDIS, Peter; PELZ, William A (ed.). *The Complete Works of Rosa Luxemburg, Volume III. Political Writings I. On Revolution: 1897–1905*. London: Verso, 2019.

FRÖLICH, Paul. *Rosa Luxemburg*. Chicago: Haymarket, 2010.

_____. *Impérialisme et lutte de classes en Allemagne, 1914-1918*. Paris: Sciences Marxiste, 2014.

GALLISSOT, R. *Nação e nacionalidade nos debates do movimento operário*. In: HOBSBAWM, E. J. (Org.) *História do marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. v.4.

GERAS, Norman. *The legacy of Rosa Luxemburg*. Londres: Verso, 1983.

GOMES, Rosa Rosa de Souza Rosa; SECCO, Lincoln. *Economia Política da Violência: uma nota sobre Rosa Luxemburgo e Henryk Grossman*. In: Mouro: Revista Marxista (Impresso), São Paulo, v. 9, p. 245-255, 2015.

GOMES, Rosa Rosa de Souza Rosa. *Acumulação do Capital: militarismo e colapso*. Mouro: Revista Marxista (Impresso), v. 4, p. 131-145, 2011.

GROSSMANN, Henryk. *Das Akkumulations und Zusammenbruchsgesetz des kapitalistischen Systems*. Leipzig: Neue Kritik, 1967.

GUERIN, Daniel. *Rosa Luxemburg o la espontaneidade revolucionaria*. Buenos Aires: Utopia Libertaria, 2004.

GUIMARÃES, Juarez (org.). *Rosa, a vermelha*. São Paulo: Buscavida, 1987.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

HAUPT, Georges. *Dinamismo y conservadurismo de la ideología*. In: LUXEMBURGO, Rosa. *El desarrollo industrial de Polonia y outros escritos sobre el problema nacional*. Cidade do México: Pasado y Presente, 1979.

_____. *La Deuxième Internationale (1889-1914)*. Paris: EPHE, 1964.

HAUPT, Georges; LÖWY, Michael; WEILL, Claudie. *Les marxistes et la question nationale: 1848-1914*. Paris: L'Harmattan, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

HUDIS, Peter; ANDERSON, Kevin (ed.). *The Rosa Luxemburg Reader*. New York: Monthly Review, 2004.

- HUDIS, Peter (org.) *The complete works of Rosa Luxemburg*. Vol. 1. Londres: Verso, 2013.
- ITO, Narihiko. *Is the national question an aporia for humanity? How to read Rosa Luxemburg's "The national question and autonomy"*. In: ZAREMBKA, Paul (ed.) *The National Question and the Question of Crisis*. Buffalo: Emerald, 2010. p. 3-68.
- JEZIEWSKI, Andrzej. *Handel zagraniczny Królestwa Polskiego, 1815-1914*. Varsóvia, 1967.
- KAUTSKY, Karl. *Die moderne Nationalität*. In: *Neue Zeit*, V, 1887. pp. 392-405.
- KOWALIK, Tadeusz. *Rosa Luxemburg: Theory of Accumulation and Imperialism*. Londres: Palgrave Macmillan, 2014.
- KRÄTKE, Michael. *Nove respostas preliminares para nove perguntas difíceis*. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.26, 2008, p.65-90.
- _____. *A herança econômica recalcada*. In: SCHÜTRUMPF, Jörn. *Rosa Luxemburgo ou preço da liberdade* (org.). São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.
- KRIEGER, Annie. *La IIe Internationale*. In: DROZ, Jacques. *Histoire générale du socialisme: De 1875 à 1918*. Rennes: PUF, 1974. p. 555-584.
- LASCHITZA, A. *Rosa Luxemburg-Edition und-Forschung in der DDR. Bilanz und Ausblick. Beiträge zur Geschichte der Arbeiterbewegung*. Berlin, 1986
- LENIN, Vladimir. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- _____. *The right of nations to self-determination*. In: LENIN, Vladimir. *Collected works*. Vol. 20 Moscou: Progress Publishers, 1977.
- LESLIE, R. F. *The history of Poland since 1863*. Cambridge: Universidade de Cambridge, 1980.
- LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária*. São Paulo, UNESP, 2019.
- LÖWY, Michael; BESANCENOT. *Afinidades revolucionárias*. São Paulo: Unesp, 2015.
- LÖWY, Michael; HAUPT, George. *Los marxistas y la cuestión nacional*. Barcelona: Fontamarrá, 1980.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia*. São Paulo, 2015.
- LÖWY, Michael. *Fire alarm: Reading Walter Benjamin's On the Concept of History*. London: Verso, 2005.
- _____. *Método dialético e teoria política*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Nacionalismos e internacionalismos*. São Paulo: Xamã, 2000.
- _____. *Rosa Luxemburg: l'étincelle incendiaire*. Paris: Le Temps des Cerises, 2018.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos de dialéctica marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKOWSKI, Jerzy; ZAWADZKI, Hubert. *A concise history of Poland*. London: Oxford, 2019.

LUXEMBURG, Rosa. *Acumulação de Capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. *El desarrollo industrial de Polonia y outros escritos sobre el problema nacional*. Cidade do México: Pasado y Presente, 1979.

_____. *La question nationale et l'autonomie*. Paris: Le Temps des Cerises, 2001a.

_____. *Réforme sociale ou révolution. Grève de masse, parti et syndicats*. Paris: La découverte, 2001b.

_____. *Vive la lutte!*. Paris: François Maspero, 1975.

_____. *J'étais, je suis, je serai*. Paris: François Maspero, 1977.

MACHADO, Luis Toledo. *Concepções políticas do Estado e da questão nacional nos séculos 19 e 20*. São Paulo: Mandacaru, 2000.

MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Grundrisse*. Londres: Penguin, 1973.

_____. *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Guerra Civil na França*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. *18 de brumário*. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. *Luta de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *Luta de classes na Rússia*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHUR, Chandana; DIX, Dermot. *The Irish Question in Karl Marx's and Friedrich Engels's Writings on Capitalism and Empire*. In: *Social Thought on Ireland in the Nineteenth Century*. University College Dublin Press: Dublin, 2019. pp. 97-107.

MÉSZÁROS, Istvan. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo, 2004.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. Tese (Livre Docência). Universidade de Campinas, 1979.

MILLS, Dana. *Rosa Luxemburg*. Londres: Reaktion Books, 2020.

MODELSKI, George; THOMPSON, William. *Seapower in Global Politics, 1494–1993*. Londres: Palgrave Macmillan, 1988.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- NETTL, John Petter. *Rosa Luxemburg*. London: Oxford Press, 1966.
- NIXON, Jon. *Rosa Luxemburg and the Struggle for Democratic Renewal*. Londres: Pluto, 2018.
- ROSSOLILLO, Francesco. *Nação*. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1998. pág. 795-799.
- SILVA, Marilene Corrêa. *A questão nacional e o marxismo*. São Paulo: Cortez, 1989.
- SINGER, Paul. *A teoria da acumulação do capital em Rosa Luxemburg*. In: LOUREIRO, I. M., VIGEVANI, T. (Org.). *Rosa Luxemburg, a recusa da alienação*. São Paulo: Unesp, 1991.
- SLAVIN, Pablo Eduardo. *El pensamiento de Rosa Luxemburgo*. Mar del Plata: Ediciones Suarez, 2011.
- SOMMARIVA, Andrea; TULLIO, Giuseppe. *German Macroeconomic History, 1880-1979*. Nova York: Palgrave Macmillan, 1987.
- SONDHAUS, Lawrence. *Naval Warfare, 1815-1914*. Londres: Routledge, 2001.
- SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Modern World-System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century*. Berkley: Universidade da Califórnia, 2011.
- WANDY CZ, Piotr. *The lands of partitioned Poland, 1795-1918*. Seattle: University of Washington, 1974.
- YANNACOPOULOS, Nicos. *Rosa Luxemburg's Theory of Capitalist Catastrophe*. In: *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 3, n. 3, 1981. p. 452-56.